Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM): aspectos teóricos

Área 1. Desigualdades: Regiões, Renda, Gênero e Raça

Cassiano José Bezerra Marques Trovão

RESUMO
O objetivo desse artigo é apresentar o conceito de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM). A ISM é um fenômeno que se conforma pela manifestação conjunta e cumulativa dos fenômenos da pobreza e da desigualdade. Pode ser entendida enquanto uma condição que se manifesta por meio da insuficiência de acesso, em múltiplas dimensões, a um conjunto de elementos essenciais para a reprodução da vida material em sociedade. Suas características combinam propriedades típicas da pobreza como a privação de acesso com atributos da desigualdade, pois diferencia, classes e grupos sociais na medida do nível dessa privação. A compreensão de que sua manifestação se dá em múltiplas dimensões faz com se reconheça que seu enfrentamento exige um esforço complexo por parte da sociedade. Nesses termos, não é concebível pensar sua mitigação sem uma atuação ativa do Estado, especialmente na condução de políticas públicas, sociais e econômicas que privilegiem a expansão e a garantia de direitos para parte expressiva da sociedade.

Palavras-chaves: pobreza; desigualdades; Insuficiência Socioeconômica Multidimensional

ABSTRACT
This article aims to introduce the concept of Multidimensional Socioeconomic Insufficiency (MSI). MSI constitutes a phenomenon shaped by the concurrent and cumulative manifestation of poverty and inequality. It can be understood as a condition manifested through insufficient access, across multiple dimensions, to a set of elements essential for the reproduction of material life in society. Its characteristics combine properties typical of poverty, such as access deprivation, with attributes of inequality, as it differentiates social classes and groups based on the level of this deprivation. The understanding that it manifests across multiple dimensions underscores that addressing it requires a complex societal effort. Consequently, its mitigation is inconceivable without the active engagement of the State, particularly in the implementation of public, social, and economic policies that prioritize the expansion and guarantee of rights for a significant portion of society.

Keywords: poverty; inequalities; Multidimensional Socioeconomic Insufficiency.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a pobreza e a desigualdade ocupa um lugar central no debate político, econômico e social há séculos. Neste cenário, o presente artigo tem como principal objetivo explicitar conceitualmente o fenômeno da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), delimitando-o como uma categoria analítica fundamental para a compreensão das dinâmicas de privação e segregação contemporâneas.

No percurso do pensamento econômico, as definições desses fenômenos transitaram de visões estritamente unidimensionais – focadas na subsistência nutricional ou na renda necessária para o consumo – para compreensões mais complexas que reconhecem seu caráter multidimensional.

No entanto, a manifestação conjunta desses fenômenos demanda um esforço teórico adicional para apreender sua natureza estrutural e cumulativa. A ISM é definida como um fenômeno que se conforma pela manifestação conjunta e cumulativa da pobreza e da desigualdade, assumindo a forma da insuficiência de acesso, em múltiplas dimensões, a um conjunto de elementos essenciais para a reprodução da vida material em sociedade.

Ao combinar propriedades típicas da pobreza, como a privação de acesso, com atributos da desigualdade, que diferencia classes e grupos sociais pelo nível dessa privação, o conceito de ISM revela-se como um fenômeno estrutural, dinâmico e cumulativo. Sua fundamentação teórica está ancorada na evolução do pensamento social e econômico sobre esses fenômenos. No campo da pobreza, o debate avançou desde os critérios de subsistência e necessidades básicas até as abordagens de privação relativa e das capacidades de Amartya Sen. No âmbito da desigualdade, a discussão migrou da distribuição funcional e pessoal da renda para uma perspectiva de desigualdade de acesso e de oportunidades. Adicionalmente, o texto explora como essa evolução conceitual ingressou no âmbito institucional, passando a orientar políticas públicas e o debate em organismos internacionais.

Sob a ótica marxista, a ISM pode ser entendida como algo imanente ao capitalismo, que perpetua a insuficiência de acesso à propriedade, à renda e aos frutos da produção. Sob a ótica keynesiana, a insuficiência de demanda e a consequente condição de equilíbrio com desemprego involuntário atuam como mecanismos macroeconômicos de reprodução dessa insuficiência.

A relevância do conceito de ISM reside na compreensão de que seu enfrentamento exige um esforço complexo por parte da sociedade. Não é concebível pensar em sua mitigação sem uma atuação ativa do Estado, especialmente na condução de políticas públicas, sociais e econômicas que privilegiem a garantia de direitos e a expansão da oferta de bens e serviços essenciais.

Reconhecer a ISM como um fenômeno multidimensional e interseccional é o primeiro passo para o desenho de estratégias que promovam ações combinadas que vão desde a expansão de investimentos em infraestrutura social até a consolidação de um sistema tributário mais progressivo que seja capaz de promover uma melhor distribuição da renda e da riqueza.

Para cumprir esse objetivo teórico, o artigo está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução. A primeira realiza um resgate histórico e teórico da concepção de pobreza, evidenciando a migração de abordagens unidimensionais para multidimensionais. A segunda traça o percurso teórico da definição de desigualdade, explorando sua complexidade e sua manifestação em múltiplas dimensões. A terceira seção apresenta formalmente o conceito de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional, detalhando a fundamentação teórica que lhe dá suporte. Por fim, apresentam-se as considerações finais, sintetizando as contribuições do estudo para o debate sobre o desenvolvimento das sociedades modernas.

2. A POBREZA NO PENSAMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

2.1 Das Leis dos Pobres à Subsistência Nutricional

A pobreza é um tema que tem preocupado, há muito tempo, diversos atores sociais, de políticos a economistas. As diversas leis existentes na Inglaterra do século XVI são um bom exemplo de como essa preocupação se fazia presente no debate sobre a necessidade de se atender àqueles que se encontravam em situação de pobreza. Como demonstra Van Parijs e Vanderborght (2017), a pobreza tem feito parte da agenda pública e política desde o século XVI.

> (…) at the beginning of the sixteenth century, towns started attracting growing numbers of beggars. As individual charity, whether or not coordinated by parishes and religious congregations, proved increasingly unable to cope, municipal authorities in several places felt they needed to step in. Municipal schemes of poor relief are known to have existed since the 1520s in several European towns (Parijs e Vanderborght, 2017, p. 54).

A partir do final do século XVIII, a sociedade viu-se forçada a definir quais seriam as necessidades básicas da população pobre. Nesse percurso, tais necessidades foram definidas, em grande medida, pelo montante de renda necessário para supri-las.

Com a revolução industrial, a consolidação do capitalismo enquanto modo de produção dominante e a sociedade salarial, novos desafios passaram a marcar a tarefa de se definir aquilo que seria um valor adequado para cobrir as necessidades daqueles que se encontravam em situação de pobreza. Além disso, o debate avançou em torno dos custos dos auxílios monetários que a sociedade deveria arcar para solucionar o problema da pobreza.

De um lado, estavam os contribuintes que desejavam que os custos para dar suporte aos pobres fossem os mais baixos possíveis e, de outro, os economistas (clássicos) e os donos do capital, que viam funcionalidade na existência de pessoas em situação de pobreza, uma vez que esses estariam aptos para aceitar os menores salários oferecidos, beneficiando o funcionamento dos mercados. Com a evolução do Estado Industrial, governos e administradores passaram a definir as necessidades mínimas dos pobres a partir de estudos que investigavam a quantidade mínima de nutrientes necessários à reprodução da vida. “The scale and variety of nutrients to maintain life became an important area of public inquiry. A new stage of relatively scientific work on poverty had arrived” (Townsend, 2006, p.18).

De acordo com Townsend (2006), desde o final do Século XIX, três concepções alternativas de pobreza passaram a conviver. Seus conceitos baseavam-se em elementos como: subsistência, necessidades básicas e privação relativa. A concepção do nível de "subsistência" emergiu na Inglaterra, a partir de trabalhos sobre valores nutricionais (Rowntree, 1901 e 1918), avançando posteriormente, no início dos anos 1940, com o relatório de Sir William Beveridge sobre segurança social (Beveridge, 1942). A principal diferença desses estudos em relação à forma de mensuração da pobreza contida nas antigas Leis dos Pobres, que se baseava na quantidade de pão/farinha (ou o montante de dinheiro para comprá-los), está na ideia de que a pobreza passou a ser definida pelo montante de rendimentos não suficientes à manutenção física das pessoas (Rowntree, 1901). Ainda que esse cálculo considerasse os valores pagos com bens como roupas e combustível, os alimentos representavam a maior parte do que se definia como subsistência (Townsend, 2006).

No período do pós-guerra, o conceito de "subsistência" desenvolvido por Beveridge (1942) espalhou-se para outros países. Os salários dos negros na África do Sul, por exemplo, tinham como referência a “poverty datum line” (Pillay, 1973; Maasdorp e Humphreys, 1975). Em países como Índia e Malásia, planos de desenvolvimento passaram a adotar o conceito de subsistência (India, 1978; Malaysia, 1986; Townsend, 2006). Nos Estados Unidos, a "subsistência" passou a ser um elemento central das políticas públicas de combate à pobreza (Fisher, 1998; Citro e Michael, 1995).

Rein (1970) e Townsend (1979) criticaram tal conceito porque seu foco encontrava-se nas necessidades físicas e não em necessidades sociais. A concepção de que as pessoas são indivíduos sociais que atuam como trabalhadores, cidadãos, familiares (Lister, 1990) avançou no sentido de reforçar que os membros de uma sociedade não podem ser vistos, exclusivamente, como consumidores. Eles são, na verdade, atores sociais que consomem, mas também, produzem e participam de distintas esferas da vida em sociedade e que, por essa razão, dependem de bens e serviços fornecidos coletivamente. “The lack of elaborate social institutions and services in low-

income countries and their scant resources direct our attention to whether or not the most basic material subsistence needs can be met in those countries" (TOWSEND, 2006, p. 19).

A concepção de pobreza "absoluta", parte da ideia de que a fome assume parte relevante das prioridades que definem as necessidades a serem atendidas. No entanto,

> (…) further research has, however, shown that the adjective "absolute" would better be replaced by "extreme" or "severe." And physical needs turn out, upon examination, to be subject to rapid change because of shifts in patterns of activity and the social construction of successive forms of material consumption (Townsend, 2006, p.19).

2.2 Necessidades Básicas e a Tradução Institucional do Debate

Nos anos 1970, a partir dos estudos de ILO (1976) e ILO (1977), que buscavam compreender e orientar as estratégias de desenvolvimento dos países para a superação da pobreza, lançou-se "light on the inter-relationships between growth, employment, income distribution and poverty" (ILO, 1976, p.32). Isso fez com a definição de "necessidades básicas" ganhasse força nesse debate. Essa segunda abordagem ampliou a definição de subsistência.

De acordo com ILO (1976),

> Basic needs, as understood in this report, include two elements. First, they include certain minimum requirements of a family for private consumption: adequate food, shelter and clothing are obviously included, as would be certain household equipment and furniture. Second, they include essential services provided by and for the community at large, such as safe drinking water, sanitation, public transport, and health and educational facilities (ILO, 1976, p. 32).

Esses estudos levados a cabo pela OIT tinham como um de seus objetivos incentivar a ampliação da participação das pessoas na tomada de decisões políticas, especialmente aquelas orientadas para garantir as necessidades básicas, cuja satisfação passou a ser entendida de forma mais ampla. Nessa estrutura ampliada, incluía-se o cumprimento de direitos humanos básicos, como é o caso do direito a um emprego decente. "More adequate employment would also be the first essential step towards fuller participation in Society" (ILO, 1976, p.33).

> The basic-needs concept is of universal applicability, although the relative importance of its components will vary with the level of development and from one nation to another. Basic needs constitute the minimum objective of society, not the full range of desirable attributes, many of which will inevitably take longer to attain. […] Moreover, just as there is relative poverty (relative to the levels of living of others in the same society), as well as absolute poverty, basic needs can be relative as well as absolute. In the present situation, however, it is both legitimate and prudent to concentrate first on meeting basic needs in the absolute sense (ILO, 1976, p.33).

No âmbito do pensamento econômico clássico e neoclássico, cuja centralidade ancora-se no individualismo e no liberalismo, o significado de pobreza restringiu-se à renda necessária para o consumo de subsistência. Isso fez com que a forma de atuação para sua superação passasse a se dar por meio de soluções de mercado, em que a redução do papel do Estado no fornecimento de bens e serviços sociais apresentava-se como desejável.

Na contramão desse movimento está a luta para se expandir o acesso à saúde, à educação e o atendimento às necessidades básicas de crianças, que avançou no âmbito de entidades como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial da Saúde, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Tal avanço ocorreu a despeito do predomínio, nessas instituições, de um

entendimento conservador liberal, e economicista, sobre a pobreza e sua definição enquanto uma questão de insuficiência de renda.

A limitação do conceito de pobreza à renda necessária para a aquisição de bens materiais também se mostrava funcional ao argumento de que o crescimento econômico seria suficiente para equacionar os problemas criados por esse fenômeno, ainda que se verificasse que sua complexidade crescia de forma recorrente com o avanço do capitalismo. Para aqueles que pensavam e, ainda pensam, dessa forma, "a complex combination of growth, redistribution and reorganisation of trading and other institutional relationships involving the reconstitution of traditional institutions and the addition of new social associations is unnecessary" (Townsend, 2006, p.).

2.3 Privação Relativa e a Abordagem das Capacidades

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o conceito de pobreza passou a ser tratado com base em uma terceira ótica – a saber, pelo critério de "privação relativa" (Townsend, 1979; Chow, 1982; Bokor, 1984; Mack e Lansley, 1984). A literatura passou a tratar pobreza de forma "subjetiva" e "objetiva". A subjetividade presente na ideia de privação relativa está diretamente relacionada aos recursos e às condições materiais, além de sociais, que se transformam com a evolução da sociedade e do próprio capitalismo. Essas transformações afetam, não apenas as informações disponíveis, como o próprio entendimento do fenômeno por parte dos pesquisadores.

> Societies are passing through such rapid change that a poverty standard devised at some historical date in the past is difficult to justify under new conditions. People living in the present are not subject to the same laws and obligations as well as customs that applied to a previous era. Globalisation is remorselessly interrelating peoples and their standards of living at the same time as inequalities are growing in most countries. There are, therefore, major objections to merely updating any historical benchmark of poverty on the basis of some index of prices (Townsend, 2006, p. 21).

A partir desse momento, passou-se a entender que uma pessoa se encontraria em situação de pobreza se lhe faltassem recursos (monetários e, também, não monetários) para cumprir seu papel social. "Under the "relative deprivation" approach, a threshold of income is envisaged, according to size and type of family, below which withdrawal or exclusion from active membership of society become disproportionately accentuated" (Townsend, 2006, p.22).

Esse avanço conceitual fez com que fosse possível a definição de três níveis de pobreza. Como demonstrou Sachs (2005), haveria: 1) a degree of extreme (or absolute) poverty; 2) moderate poverty; and 3) relative poverty.

> Extreme poverty means that households cannot meet basic needs for survival. They are chronically hungry, unable to access health care, lack the amenities of safe drinking water and sanitation, cannot afford education for some or all of the children, and perhaps lack rudimentary shelter—a roof to keep the rain out of the hut, a chimney to remove the smoke from the cook stove—and basic articles of clothing, such as shoes. (...) Moderate poverty generally refers to conditions of life in which basic needs are met, but just barely. Relative poverty is generally construed as a household income level below a given proportion of average national income. The relatively poor, in high-income countries, lack access to cultural goods, entertainment, recreation, and to quality health care, education, and other perquisites for upward social mobility (Sachs, 2005, p.20).

Amartya Sen, ainda no final dos anos 1970, apresentou uma abordagem alternativa sobre o tema. Para esse autor, o conceito de 'privação relativa' era central para se medir a pobreza. No entanto, em seu entendimento, apesar de a privação ter de ser avaliada em comparação às experiências de outros membros da sociedade, ela não poderia ser vista como a única base para se definir pobreza.

Por exemplo, a fome, um caso de pobreza severa, não poderia ser visto pela ótica relativa. Assim, para Sen (1979a), haveria "an irreducible core of "absolute deprivation" in the notion of poverty which translates reports of starvation, severe malnutrition and visible hardship into a diagnosis of poverty without waiting to ascertain first the relative picture".

A abordagem da privação relativa se mostraria, assim, complementar à análise da pobreza absoluta. Como havia apontado Townsend (1979 apud Sen, 1983, p. 4), "Certainly no standard of sufficiency could be revised only to take account of changes in prices, for that would ignore changes in the goods and services consumed as well as new obligations and expectations placed on members of the community."

Sen (1979b) argumentava que o estudo do acesso a um padrão mínimo de vida não pode ser baseado em mercadorias, nem em características ou por meio do conceito de utilidade (como defendiam os economistas neoclássicos), mas naquilo que o ele chamaria de "capacidade de uma pessoa".

Para Sen (1983),

> (…) the constituent part of the standard of living is not the good, nor its characteristics, but the ability to do various things by using that good or those characteristics, and it is that ability […] that, in this view, reflects the standard of living". [More than that,] "poverty is an absolute notion in the space of capabilities but very often it will take a relative form in the space of commodities or characteristic (Sen, 1983, p. 160 e 161).

Nessa concepção, focar nas capacidades era expandir a análise para além da renda monetária.

> The capability approach differs from the traditional utility-based analysis as strongly as the Rawlsian approach does, but it continues to concentrate on human beings-their capabilities in this case-rather than moving with Rawls to incomes, goods and characteristics (Sen, 1983, p. 164)

Embora inovadoras, Kanbur (2003) aponta que essas ideias sobre capacidades demoraram a influenciar a corrente dominante do pensamento econômico, que manteve o foco na renda monetária. Essa linha de pensamento manteve seu foco na renda e no conceito de linhas de pobreza monetárias para sua mensuração. Segundo Townsend (2006), a medição da pobreza não necessariamente tende a acompanhar a evolução do tratamento conceitual do problema que, para ele, deve ser definido nos seguintes termos:

> When people lack or are denied the income and other resources, including the use of assets and receipt of goods and services in kind equivalent to income, to obtain the conditions of life — that is, the diets, material goods, amenities, standards and services — to enable them to play the roles, participate in the relationships and follow the customary behavior which is expected of them by virtue of their membership in society, they can be said to be in poverty. They are deprived because of their poverty. The key to understanding is the definition and measurement of the two variables that can be shown to be closely related — "income" and "deprivation" (Townsend, 2006, p. 18).

Em relação à mensuração da pobreza, do ponto de vista metodológico, Amartya Sen defendia que,

> Traditionally, poverty measurement has tried to make do with operating on two aggregate magnitudes, viz., the head-count ratio (i.e., the proportion of population below the poverty line) and the income-gap ratio (i.e., the average income shortfall of all the poor taken together as a proportion of the poverty line itself, or alternatively as a proportion of the mean income of the community) (Sen, 1983, p. 165).

Porém, um conjunto significativo de estudos, com enfoques ampliados, passou a compor a literatura a respeito da medição, não apenas da pobreza, mas também de distintos fenômenos a ela relacionados como são os casos da desigualdade, do bem-estar, do padrão de vida e, também, do desenvolvimento humano.

2.4 A Multidimensionalidade nos Organismos Internacionais

A partir da década de 1990, observa-se a consolidação normativa da multidimensionalidade. O *Human Development Report Office* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no início dos anos 1990, passou a incentivar um amplo debate entre acadêmicos, pesquisadores e formuladores de políticas públicas a respeito dos conceitos de desenvolvimento humano, desigualdade e pobreza a partir de um olhar multidimensional.

Para além da construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida multidimensional das conquistas, liberdades e capacidades dos seres humanos, esse intenso debate resultou no surgimento de distintos indicadores para a mensuração da pobreza no âmbito do PNUD, como é o caso do índice de pobreza humana (IPH), que reflete a distribuição do progresso humano por meio da quantificação de algumas formas de privação.

O IPH contempla as mesmas dimensões do tradicional IDH, sendo subdividido em dois indicadores, o IPH-1 e o IPH-2. O IPH-1 foi concebido para medir a pobreza nos países em desenvolvimento, sendo composto pelos seguintes indicadores: probabilidade de o nascido vivo não ultrapassar os 40 anos; taxa de analfabetismo de adultos; proporção de pessoas que não utilizam fontes de água melhoradas; e proporção de crianças menores de cinco anos com peso deficiente. Já o IPH-2, em que se reconhece que a privação humana depende das condições sociais e econômicas da comunidade, foi construído para medir a pobreza humana em países da OCDE, englobando, a mais que o IPH-1, a dimensão da exclusão social. O IPH-2 contempla os seguintes indicadores: probabilidade de o nascido vivo ultrapassar os 60 anos, taxa de analfabetismo funcional dos adultos, proporção de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento, isto é, rendimento familiar inferior a 50% do valor médio; e, no âmbito da dimensão da exclusão social, taxa de desemprego de longa duração – 12 meses ou mais (PNUD, 2001, p. 14).

Incorporado aos estudos do PNUD, em 2010, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) tinha como objetivo o avanço, para além da renda, na concepção e na mensuração da pobreza, pois passou a reconhecer o fenômeno com base em sua complexidade, incorporando outras dimensões como: saúde, nutrição, nível de educação e competências, meios de subsistência, condições de habitação e exclusão social.

Um outro conceito que passa a fazer parte dos estudos no PNUD é o de vulnerabilidade, que aparece como elemento central no relatório de 2014. A definição de vulnerabilidade é a existência de "um risco elevado de uma futura degradação das circunstâncias e das conquistas alcançadas". Nesse sentido, a degradação severa das circunstâncias (desastres naturais, crises econômicas etc.) pode levar as pessoas a sobreviverem em condições de pobreza e miséria, ou até mesmo ao agravamento da condição de quem se encontra em uma situação de baixo desenvolvimento humano, o que amplia as diferenças e a segregação da vida em sociedade (PNUD, 2014, p.15).

Em termos gerais, a pobreza passou a ser tratada enquanto um fenômeno multidimensional por distintas correntes dos pensamentos econômico e sociológico. Mais que isso, essa forma de abordagem foi incorporada por organismos internacionais que que têm lutado por sua superação. De modo geral, o tratamento desse fenômeno ganhou complexidade nas últimas décadas, acompanhando a evolução dos próprios objetos de investigação.

Nesse percurso, muitos estudos passaram a adotar essa ótica multidimensional para o tratamento da pobreza, seja na literatura internacional (Bourguignon e Chakravarty, 2003; Chakravarty e Silber, 2008; Deutsch e Silber, 2005; Kakwani e Silber, 2008; Ravallion, 2011; Thorbecke, 2008; Alkire e Foster, 2007 e 2011) como na literatura nacional (Lopes et al., 2003;

Salama e Demestrau, 1999; Costa, 2002; Silva, 2009; Comin et al., 2006; Kageyama e Hoffmann, 2006; Neder, 2008; Rocha, 2000; Dedecca et al., 2014; Boltvinik, 2014).

3. A DESIGUALDADE NO PENSAMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

3.1 Origens Filosóficas e a Luta por Direitos

A desigualdade, do ponto de vista teórico, metodológico e, também, conceitual, tem sido objeto de estudo de pesquisadores preocupados com o desenvolvimento das sociedades modernas. Antes mesmo de um conceito formal de desigualdade se fazer presente na esfera dos estudos políticos e jurídicos mais famosos do século XVIII, a ideia de igualdade esteve presente nos escritos que remontam ao período de consolidação das ideias hebraico-cristãs, gregas e romanas. Segundo Albernethy (1959),

> The idea of equality is one of the great seminal ideas in our political, social, economic, and religious history. Its primitive origins are lost in the unrecorded history of a dim past. Fortunately, something of the record of its role in the development of Hebraic-Christian, Greek, Roman, and modern democratic ideas, which have shaped our civilization, has been preserved. This anthology seeks to bring together in a convenient form some of the typical statements in which thinkers of the West have formulated their various conceptions of equality (Albernethy, 1959, p. 15).

Igualdade é um conceito que tem sido associado ao pensamento democrático moderno, cujas raízes remontam aos séculos XVII e XVIII, quando o conceito de igualdade se encontrava no campo da espiritualidade e da razão (Antiguidade e Idade Média). Nesse percurso, parte-se da ideia de que a igualdade é um atributo da essência humana e não da sua condição social. Ao longo do tempo, sua evolução incorporou elementos da tradição Judaico-Cristã com a ideia de igualdade perante Deus, sem questionamentos sobre as hierarquias políticas ou econômicas. No âmbito da razão, a desigualdade de conhecimento ou riqueza não anularia o fato de que a capacidade de discernimento entre o certo do errado é igual a todos.

Com o Iluminismo, a igualdade torna-se um conceito a ser tratado no âmbito político-jurídico, seja como a ausência de submissão política, nos termos de John Locke, ou como igualdade perante a lei, como constam nas declarações de independência dos EUA (1776) e dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Historicamente, movimentos sociais como os "True Levellers" e os socialistas utópicos foram precursores da compreensão de que a desigualdade política está intrinsecamente ligada à desigualdade econômica e de acesso à terra.

No bojo da transição do feudalismo para o capitalismo, emerge o estado democrático moderno, influenciado pelas revoluções burguesas. Dentre os ideais dessas revoluções, estava a ideia de igualdade. A opressão por parte da ordem da igreja na Inglaterra, por exemplo, fez com que surgisse um movimento social que exigia a reforma constitucional da ordem política. Albernethy (1959) mostra que as violações das leis inglesas e do plano de Deus para o homem, entravam em conflito com as condições sociais que negavam igualdade de oportunidades para os homens de uma mesma classe. Essas ideias culminaram no discurso de que a autoridade do Estado, escolhida pelo voto igual de todos os cidadãos, deveria lastrear-se em uma lei básica a ser obedecida por todos – governantes e governados. Nesse contexto, surgem os ideais de igualdade para que cada cidadão pudesse seguir qualquer forma cristã de religião, pudesse pensar e falar livremente, fosse visto como igual perante a lei e tivesse iguais oportunidades de possuir propriedades e de se envolver no comércio.

O movimento de esquerda conhecido como "True Levellers" entendia a revolução política como uma oportunidade para garantir igualdade econômica e eliminar a pobreza. Os socialistas utópicos ou comunistas agrários viam na posse das terras comuns a possibilidade de garantir o acesso à produção agrícola por parte daqueles em condição de pobreza. Para se alcançar a igualdade seria necessário garantir o acesso aos meios de subsistência dos indivíduos por meio do direito de compartilhar a produção da terra comum e do direito ao trabalho comum, o que implicaria que o acesso à terra deveria ser igualmente livre para todos (Albernethy, 1959).

Esse movimento foi precursor do pensamento socialista científico encabeçado por Marx, cuja ênfase para entender a desigualdade se dava justamente na falta de liberdade política e na desigualdade de controle sobre propriedade privada dos meios de produção. Com o avanço da sociedade organizada em torno do modo de produção capitalista, nos séculos XIX e XX, muitas formas de desigualdade passaram a fazer parte das demandas dos principais movimentos sociais. O desenvolvimento das forças produtivas e a forma como as distintas classes sociais passaram a se inserir no processo de produção condicionaram e moldaram distintos conceitos de desigualdade (Albernethy, 1959).

As sociedades passaram a lutar contra esse fenômeno em múltiplas dimensões, como por exemplo nas dimensões: 1) política, por meio da exigência de uma maior participação efetiva nas decisões políticas, especialmente pela igualdade de direito ao voto; 2) de riqueza; 3) de sexo; 4) de cor da pele; 5) de acesso a direitos de cidadania, que envolvem o poder de controlar as condições sob as quais se participa da vida em sociedade; 6) de religião; 7) de expressão de opiniões; 8) de direito de reunião; 9) de pertencer a associações; e 10) econômica, o que incluiria a luta pela igualdade de oportunidades para ter acesso às necessidades básicas e, também, aos frutos do processo de expansão do capitalismo (Albernethy, 1959).

No âmbito da dimensão econômica, as demandas sociais ganharam força no período após Segunda Guerra, no contexto dos anos dourados do capitalismo, momento em que se viu o fortalecimento dos movimentos sindicais, o surgimento da previdência social, da legislação do salário mínimo e da luta por melhores empregos. Essa agenda é a materialização de um desejo da sociedade por reduzir as desigualdades econômicas em suas distintas dimensões.

Já no âmbito social, a sociedade evoluiu no sentido de inserir na sua agenda de demandas a redução das desigualdades associadas à discriminação de sexo, de raça, de religião e de origem de nascimento. A sociedade passou a se preocupar com o enfrentamento daquilo que se pode chamar de transversalidade da desigualdade.

Ao longo do século XX, as desigualdades de oportunidades passaram a ser vistas como um obstáculo ao desenvolvimento pessoal/humano, o que fez com essa dimensão ganhasse destaque no debate institucional internacional, como é o caso das discussões recorrentes observadas no âmbito das Nações Unidas, a partir dos anos 1990.

3.2 Evolução no Pensamento Econômico: Da Distribuição Funcional à Pessoal

A desigualdade sempre esteve presente enquanto tema relevante no pensamento econômico. Como mostra Carvalho et al. (2021, p. 403), “a questão moral-filosófica e a perspectiva real e concreta do cotidiano econômico” aparecem nos primeiros textos econômicos sobre desigualdade, cujo foco central estava na “distribuição do produto social entre as diferentes classes”. Um dos exemplos disso são os estudos de Ricardo (1817), economista político clássico, que contribuiu com o debate teórico-conceitual sobre a desigualdade ao dar destaque para a questão da Distribuição Funcional da Renda,

isto é, da repartição da renda nacional agregada entre as distintas classes sociais, especificamente, capitalistas produtivos, trabalhadores e proprietários de terra.

Segundo Carvalho et al. (2021), a história do pensamento econômico com foco no tema da desigualdade pode ser subdividida em cinco momentos históricos:

1) Do século XIX ao final dos anos 1930, período de expansão do capitalismo no contexto das revoluções industriais, o interesse dos economistas estava na distribuição funcional da renda, ou seja, na razão de apropriação do produto social;

2) Na década de 1940, isto é, no contexto de consolidação da Macroeconomia enquanto parte das Ciências Econômicas e de preocupação com as determinações sistêmicas e suas repercussões sociais, os estudos concentravam-se nas limitações da abordagem da distribuição funcional e caminhavam para explorar a distribuição pessoal da renda corrente, sua evolução e seus desdobramentos sobre a dinâmica econômica, o que foi possibilitado pelo avanço das pesquisas domiciliares;

3) De 1953 a 1969, o foco estava na teorização do desenvolvimento socioeconômico e nas causas da desigualdade de renda, com destaque para os trabalhos de Lewis (1954) e Kuznets (1955), além das iniciativas de alguns autores como Simon (1957), Meade (1964), Lydall (1968) e Stiglitz (1969), que se debruçaram sobre a questão da distribuição da riqueza no topo da pirâmide distributiva;

4) De 1970 a 1990, os esforços concentraram-se nos aspectos analíticos e técnicos da mensuração da desigualdade, em um contexto de debates sobre moral encabeçados por pensadores como Rawls (1971) e Sen (1979a, 1979b, 1990), e do avanço metodológico e prático, que pautou a discussão no campo das políticas públicas; e

5) Após 2000, momento em que o debate se concentrou no nível da desigualdade de renda e de riqueza, mas, principalmente, nos efeitos econômicos e políticos da deterioração da questão distributiva nos países desenvolvidos, com destaque para os trabalhos de Piketty (2014), que enfoca na questão da taxação da renda e da riqueza em âmbito internacional como mecanismo para superação das desigualdades; Stiglitz (2015), que defende que grande parte do aumento da desigualdade está associada ao crescimento dos aluguéis oriundo do poder de monopólio e da influência política; e Atkinson (2015), que procura enfatizar o que pode ser feito para reduzir as desigualdades crescentes no século XXI em suas distintas dimensões.

3.3 A Desigualdade como Fenômeno Multidimensional e Estrutural

Apesar de o pensamento econômico enfocar o tema da desigualdade com base em uma concepção da concentração da renda e da riqueza, conceitualmente, muitos esforços foram feitos ao longo do tempo para se conceber uma abordagem sobre a desigualdade que contemplasse a complexidade que o tema exigia. Isso implica dizer que muitos pensadores contribuíram ao debate explorando aspectos e dimensões relevantes desse fenômeno, para além da dimensão econômica associada às distribuições de renda (funcional e pessoal) e de riqueza.

Como argumentam Trovão e Araújo (2021), a desigualdade é um fenômeno complexo, dinâmico e estrutural. Sua complexidade deriva das múltiplas dimensões sob as quais ela se manifesta – a desigualdade seria, portanto, um fenômeno multidimensional. Seu dinamismo advém de sua evolução rápida, que acompanha as transformações da sociedade moderna, mudando de forma quando uma nova dimensão surge sem que, necessariamente, outras desapareçam. Quanto a sua característica estrutural, essa diz respeito ao fato de que a desigualdade se apresenta como produto do modo como a sociedade se organiza em torno da produção de bens e serviços. Para pensar a

desigualdade nesses termos, é necessário reconhecer o avanço feito por distintos pensadores no que se pode denominar de desigualdade de acesso.

Ao longo do pensamento moderno, seja ele no campo filosófico ou no das ciências sociais aplicadas, muitos autores deram valiosas contribuições para o entendimento da desigualdade, ou melhor, das desigualdades a partir de uma ótica que evidencia a distância que separa pessoas, famílias ou classes sociais com base no grau de acesso a um conjunto de elementos que, quando somados, acabam por conformar aquilo que se entende como desigualdade de acesso.

Rousseau (1754), por exemplo, em seu "Discurso sobre a origem da desigualdade" introduz como ponto de partida para o entendimento do surgimento da desigualdade entre os homens a questão do acesso à propriedade privada da terra e de sua validação pelo Contrato Social firmado no processo de formação das sociedades modernas. Em sua visão, a desigualdade emerge quando se priva alguém de acessar uma determinada porção de terra sem qualquer tipo de contestação real ou formal.

Do ponto de vista de Marx (1857), essa desigualdade de acesso à propriedade privada é de natureza mais ampla, pois, para ele, a propriedade (apropriação) constitui-se em uma condição do modo de produção capitalista, cujos frutos não são apropriados por aqueles que contribuíram para o processo produtivo de geração de valor.

Segundo Marx (2004), o trabalhador, ao produzir todas as riquezas, na verdade, acaba por produzir riquezas para todos os demais, menos para si próprio. Ademais, no processo de produção, o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho, ou seja, sua capacidade de trabalho, em troca de um salário para obter os meios necessários à sua subsistência. Isso faz com que ele saia do processo produtivo do mesmo modo como entrou, isto é, sem qualquer propriedade. Já, o capitalista sai desse mesmo processo não como ele entrou, mas sim, com mais-valor, um valor aumentado que assume a forma de trabalho não pago. Isso só ocorre, na visão de Marx, para o capitalista, pois é esse quem tem a propriedade que realmente importa no capitalismo, ou seja, o capital.

Nesse sentido, as desigualdades no pensamento de Marx são de, ao menos, duas ordens. A primeira refere-se ao acesso desigual à propriedade do capital. Como Engels (1847) já havia antecipado, o capitalismo foi capaz de criar, simultaneamente, um "estado da sociedade em que cada um tem o direito de explorar qualquer ramo da indústria e em que nada o pode impedir da exploração do mesmo a não ser a falta do capital para tanto necessário", sendo que, "(...) daí em diante, os membros da sociedade [tornam-se] apenas desiguais na medida em que os seus capitais [sejam] desiguais, [pois] (…) o capital se [torna] o poder decisivo e, com isso, os capitalistas, os burgueses [passam a ser] a primeira classe da sociedade".

A segunda ordem, diz respeito ao acesso desigual aos frutos do processo de produção nas formas de bens e serviços, uma vez que a venda compulsória da força de trabalho por salários garante ao trabalhador o acesso a apenas uma parcela do montante que esse produziu no processo de produção.

Nesses termos, o acesso aos produtos acabados e sua apropriação devem ser compreendidos com base em leis sociais que determinam que a distribuição do excedente seja condicionada ao modo de produção. A distribuição dos frutos do progresso aparece como um resultado da distribuição dos indivíduos no próprio processo de produção, isto é, de sua posição social. Em outras palavras, quer dizer que a participação dos indivíduos na distribuição dos resultados da produção depende de sua condição de subordinação às relações de produção.

A desigualdade, sob essa perspectiva, assume uma forma que segrega os indivíduos em proprietários e não proprietários do elemento que comanda o processo de produção, ou seja, do capital e, também, dos próprios produtos que esse capital em movimento, juntamente com a força de trabalho, foi capaz de produzir, isto é, mercadorias.

As desigualdades de acesso a bens e serviços pela via da renda no âmbito do mercado ganhou destaque no âmbito do pensamento econômico, também, por estar diretamente ligada à ideia de desigualdade econômica baseada na distribuição da renda e da riqueza, uma vez que essa condiciona a capacidade de gasto na aquisição de mercadorias.

Marx (1867) traz, ainda, uma outra contribuição relevante para o entendimento do capitalismo enquanto um modo de produção que cria desigualdades de acesso. Ao identificar que a expressão máxima do processo de reprodução e acumulação de capital é a forma de valorização D – D', isto é, dinheiro que gera mais dinheiro, o autor avança em reconhecer que essa expressão máxima é na realidade um mecanismo de perpetuação da desigualdade de acesso à renda e à riqueza, também, financeira.

Keynes (1936, p. 341) também reconheceu que o modo de produção capitalista em seu processo de acumulação é imanentemente concentrador de renda e riqueza monetária. Em suas palavras, "os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas."

No entanto, uma das principais contribuições do pensamento de Keynes para o tema das desigualdades está justamente na ideia de que o capitalismo é capaz de criar um conjunto expressivo de bens e serviços ao mesmo tempo em que impõe às sociedades uma condição de insuficiência de demanda que cria desigualdades entre aqueles que conseguem emprego e aqueles que sofrem as vicissitudes dos movimentos da atividade econômica na condição de desempregados involuntários.

Como mostra Castel (1998), a ordem jurídica no capitalismo passou a reger os contratos de trabalho, o que significa dizer que tal ordem passou a definir as regras para a demanda e a oferta de trabalho, mas também, a determinar o regramento sob o qual se dá o sustento das famílias. Isso implica dizer que não se pode pensar esse ordenamento social sem entender o papel do Estado, pois é esse que legitima os instrumentos institucionais de regulação das relações sociais.

O capitalismo transformou o espaço urbano e criou um mercado de trabalho cuja característica principal é a reprodução dos antagonismos de classe, identificados por Marx. Ademais, seria nesse espaço onde se observariam as desigualdades existentes entre: possuidores e não possuidores de capital; entre aqueles que, de alguma forma, conseguiram uma posição no mercado de trabalho e, portanto, se diferenciam pelo montante de renda que auferem; e entre aqueles que estão dentro (empregados) e os que estão fora (desempregados) desse mercado.

Apesar de possuir como característica fundante a produção de desigualdades, a expansão da produção e a criação de novos bens e serviços no capitalismo, como mostrou Keynes (1930), têm o potencial de melhorar o padrão de vida da sociedade. No entanto, a história do século XX revelou que esse mesmo modo de produção não foi capaz de equacionar autônoma e automaticamente, pelas decisões individuais no âmbito do mercado, as questões distributivas relevantes como a repartição equânime dos frutos do progresso tecnológico/produtivo, a perpetuação da condição de pobreza e de miséria que atinge parcela expressiva da sociedade, a desigualdade que se manifesta no interior da classe trabalhadora e a desigualdade que se manifesta no âmbito da relação capital-trabalho.

Keynes (1930) defendia que o progresso das forças produtivas sob o capitalismo era relevante para trazer uma melhora expressiva das condições de vida da sociedade. Porém, para que isso fosse alcançado e para que o avanço da produtividade não se transformasse em aumento da desigualdade, a ação efetiva do Estado mostrava-se fundamental.

Na perspectiva desse autor, caberia ao Estado concentrar esforços para que as desigualdades fossem substancialmente menores, porque os níveis elevados de desigualdade mostravam-se como obstáculos ao próprio funcionamento do modo de produção capitalista. Os anos dourados do

capitalismo no século XX evidenciaram a importância do papel do Estado para as transformações sociais que acabaram por afetar sobremaneira a dimensão social da desigualdade.

Nesse contexto, a desigualdade de acesso ao mercado de trabalho aparecia como um dos problemas centrais a serem equacionados. A busca pelo pleno emprego passou a ser uma marca do Estado moderno, especialmente após a crise de 1929. A desigualdade de acesso à renda monetária e aos bens de consumo que ela proporcionava passou a fazer parte da agenda da sociedade, tornando-se uma marca cada vez mais presente das reivindicações da classe trabalhadora.

3.4 Capitalismo em Transformação e a Cumulatividade das Desigualdades

Segundo Polanyi (1944), após a crise de 1929, a lógica capitalista da livre iniciativa mostrou sua verdadeira face, pois as contradições e os problemas intrínsecos a esse modo de produção não eram solucionáveis automaticamente. Pelo contrário, as desigualdades presentes no âmbito do mercado de trabalho mostravam-se cada vez mais evidentes, uma vez que reafirmavam sua incapacidade de eliminar, de forma automática, as desigualdades de acesso a uma posição no mercado de trabalho e à renda. Nesse sentido, foi a partir dos anos 1930 que o impasse do sistema de mercado para solucionar os problemas sociais, no bojo do debacle de Wall Street e do colapso da economia mundial, fez com que surgisse um conjunto de transformações que alterariam, em termos globais, a realidade política, econômica e social.

De acordo com Polanyi (1944), o século XX conheceu a chamada "Grande Transformação". As imperfeições do funcionamento dos mecanismos de mercado criaram tensões recorrentes e cumulativas na sociedade, que a despertavam para a necessidade de medidas de autopreservação para impedir ou bloquear a livre atuação dos mercados. Na realidade, era o próprio sistema de mercado autorregulável que sofria essa grande transformação.

A sociedade mobilizou-se para retirar das mãos do mercado o controle sobre: 1) o trabalho: o contrato de trabalho deixou de ser privado, as horas de trabalho, as condições fabris, as modalidades de contrato e o próprio salário básico passaram a ser determinados fora do âmbito do mercado; 2) a terra: os contratos de arrendamento foram retirados da jurisdição do mercado; e 3) o dinheiro: a administração dos investimentos e a regulamentação da taxa de poupança passaram a ser atividades dos governos (Polanyi, 1944).

Essa grande transformação culminou na emergência do Estado de Bem-Estar Social. A presença ativa do Estado na economia e na regulação dos contratos impulsionou os esforços para se alcançar o pleno emprego e a ampliação da oferta de diversos serviços públicos, o que acabou por reduzir as desigualdades de acesso, elevando o bem-estar da sociedade nos países avançados.

A construção do Estado de Bem-Estar Social está diretamente ligada à redução das desigualdades de acesso pois essas afetam expressamente a dimensão social da desigualdade, uma vez que essa diferencia os indivíduos, as famílias e as classes sociais pelo grau de acesso a determinados bens e serviços de uso e de caráter coletivos.

No período após Segunda Guerra, grande parte desses bens passaram a ter sua demanda atendida fora da esfera do mercado, isto é, baseada na capacidade de compra dos salários. O acesso a esses bens passou a se dar coletivamente, pois a oferta era garantida, em grande medida, pelo Estado. O Estado de Bem-Estar Social, nesse contexto, tornou evidente essa dimensão da desigualdade que se associa ao acesso aos bens e serviços públicos.

3.5 O papel do Estado e as Políticas Públicas

Segundo Tawney (1931), a crise de 1929 havia reforçado um sentimento de busca pela igualdade. Mas, isso só seria conquistado, no após segunda Guerra, pelo estabelecimento de políticas públicas que reduzissem as desigualdades de acesso a bens e serviços como educação, saúde e proteção ao trabalho, ou seja, que garantisse um conjunto de direitos para os cidadãos.

A realidade é que a expansão da oferta de bens e serviços de uso coletivo não guarda relação direta com os interesses capitalistas. É verdade que alguns desses bens podem até se configurar em oportunidades de ganhos monetários para os empresários e despertar seu interesse em ofertá-los. No entanto, a redução da desigualdade de acesso, do ponto de vista social, exige uma ação ativa do Estado. Tal processo marcou esse período, momento da história em que boa parte da garantia das condições mínimas para a reprodução da vida em sociedade passou a não ser exclusivamente dependente da venda da força de trabalho, isto é, do salário. A expansão do acesso a bens e serviços públicos mostrou-se um mecanismo eficiente no enfrentamento das desigualdades.

O conjunto das políticas públicas nesse período, portanto, permitiu, também, uma redução da assimetria existente no principal contrato que possibilita a geração de riqueza, o de trabalho. A melhora das condições de trabalho, a liberdade de organização e de greve, associadas ao seguro-desemprego e ao sistema de aposentadorias permitiram uma elevação do poder de barganha dos trabalhadores na disputa por melhores salários e na escolha dos postos de trabalho. A realidade é que as políticas de Estado implementadas nesse período permitiram uma melhora na distribuição direta do excedente, isto é, no acesso de bens e serviços pela via da renda monetária no âmbito do mercado. Em paralelo, as mudanças na direção de um sistema tributário mais progressivo e as políticas sociais permitiram uma redução das desigualdades em sua dimensão social.

Marshall (1963, p. 93) observou que o Estado de Bem-Estar Social passou a atuar na esfera social por meio da promoção do acesso a um "mínimo" dentro de uma cesta de bens e serviços essenciais como: assistência médica, moradia e educação. No entanto, sua atuação também se deu sobre a dimensão econômica por meio de políticas de renda mínima destinadas para bens essenciais como alimentação e vestuário. Esses eram os casos das aposentadorias por velhice, do seguro-desemprego e do salário-família.

O Estado de Bem-Estar Social tem de ser entendido como um sistema de bem-estar, pois reúne um conjunto de medidas que influenciam, interferem e ultrapassam o jogo das forças do livre mercado. Para Marshall (1963), "o grau de igualação" entre classes sociais estaria condicionado a quatro fatores: 1) à universalização ou focalização dos benefícios; 2) à forma de pagamento, se em dinheiro ou prestação de serviços; 3) ao "mínimo" necessário ser elevado ou baixo; e 4) à forma de financiamento dos benefícios.

Esse autor considera que a ampliação da oferta universal de um bem ou serviço representa "um enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e insegurança, uma igualação entre os mais e os menos favorecidos em todos os níveis – entre o sadio e o doente, o empregado e o desempregado, o velho e o ativo, o solteiro e o pai de uma família grande" (Marshall, 1963, p. 94).

A expansão da oferta de serviços públicos de infraestrutura social tem o poder de alterar profunda e qualitativamente as desigualdades. Os serviços oferecidos pelo Estado, alheios à capacidade de comando do dinheiro por parte do usuário/cidadão, passaram a ser uma norma na sociedade capitalista no período de vigência do Estado de Bem-Estar Social. A política social do século XX teve um papel fundamental para colocar no centro do debate socioeconômico a família e o seu lar. As políticas públicas aceitaram a responsabilidade de transformar os investimentos habitacionais em acesso a residências construídas. Medidas complementares à expansão da oferta dos

bens e serviços públicos, como a regulamentação dos aluguéis e os subsídios para moradias, mostraram-se relevantes na redução da desigualdade habitacional.

Na realidade, foram a regulação estatal dos contratos, os contratos de natureza coletiva, o crescimento econômico, a ação sindical por ele favorecida e, especialmente, a atuação do Estado na ampliação da oferta de bens e serviços públicos que permitiram à sociedade alcançar uma nova condição de vida e de bem-estar, com redução das desigualdades de acesso.

3.6 O Avanço do Capitalismo em uma Nova Era de Desigualdades

Como foi discutido até aqui, as desigualdades assumem distintas formas, sejam as associadas à propriedade da terra, à distribuição de riqueza e renda, ou mesmo ao acesso aos bens cuja oferta é de responsabilidade de políticas promovidas pelo Estado como é o caso dos bens e serviços públicos de uso coletivo. No entanto, é possível identificar duas dimensões básicas: uma de natureza econômica, definida, basicamente, pelo acesso à propriedade privada imobiliária ou financeira (riqueza), pela distribuição funcional e/ou pessoal da renda; e outra de natureza social definida pelo acesso a um conjunto amplo de bens e serviços de uso coletivo como: saneamento básico, energia elétrica, transporte urbano, água tratada, coleta de lixo, saúde e educação de qualidade, equipamentos públicos de lazer como parques e praças, condições ambientais saudáveis etc.

O avanço do capitalismo tem contribuído para aprofundar um processo social que se caracteriza pela ampliação do número de dimensões pelas quais as desigualdades se manifestam. Essas mudanças afetam a própria condição desigual a que a sociedade está submetida, mas, também, as relações entre economia, política e sociedade.

Fitoussi e Rosanvallon (1996) chamaram de a "Nova Era das Desigualdades" o momento histórico em que entra em xeque a capacidade de sustentação do Estado de Bem-Estar Social, mais precisamente, no terceiro quarto do século XX. Essa nova era representaria o avanço do capital em direção a novos espaços de valorização monetária. A internacionalização da produção e a ampliação do processo de financeirização são exemplos claros desse movimento, que trouxe consequências para a esfera da regulação pública e para a própria reprodução da vida em sociedade.

A história do período após 1970, na maioria dos países ricos com Estados de Bem-Estar menos (a exemplo dos EUA) ou mais desenvolvidos (a exemplo da França), ficou marcada pela retomada do processo de aumento das desigualdades, especialmente em sua dimensão econômica (renda e patrimônio).

Na visão de Fitoussi e Rosanvallon (1996), três crises estariam em curso: 1) uma crise das instituições que consolidaram os laços sociais e de solidariedade, ou seja, uma crise do próprio pacto social em torno do Estado de Bem-Estar Social; 2) uma crise do mundo do trabalho, que desestrutura a relação entre economia e sociedade; e 3) uma crise do modo de constituição das identidades individuais e coletivas, isto é, uma crise do indivíduo.

Na verdade, o que se vê é um modo de produção que avança, permitindo a convivência de velhas e novas desigualdades, o que torna esse fenômeno cada vez mais complexo. A coexistência de formas e dimensões distintas é a expressão contraditória desse modo de produção, que tem como uma de suas características básicas a cumulatividade. Nos termos de Fitoussi e Rosanvallon (1996), coexistiriam desigualdades estruturais, já consolidadas, com desigualdades dinâmicas, oriundas da própria lógica de funcionamento do capitalismo.

Para esses autores, as desigualdades estruturais, oriundas da forma de inserção das pessoas no processo de produção – acesso ao mercado de trabalho e distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho –, estariam internalizadas na sociedade. Já as desigualdades dinâmicas, ao superarem o

caráter transitório e passarem a se perpetuar ao longo do tempo, teriam como resultado uma divisão ou segregação de grupos sociais, que culminam em um processo de exclusão de acesso. Essas desigualdades dinâmicas assumiriam as formas associadas às desigualdades de gênero, de cor da pele, de geração, de região geográfica, dentre outras. Esse segundo tipo de desigualdade é o que se pode chamar de desigualdade transversal.

Fitoussi e Rosanvallon (1996) atribuem três razões para as causas desse avanço das desigualdades: 1) enfraquecimento dos princípios de igualdade na estrutura social; 2) crescimento das desigualdades estruturais (desigualdades de rendimentos, de despesas, de patrimônio, de acesso à educação, dentre outras); e 3) surgimento de novas desigualdades, oriundas de evoluções técnica, jurídica e/ou econômica.

Essas novas desigualdades possuem algumas especificidades tais como: 1) diferenciação no âmbito dos contratos de trabalho (novas formas de contratação, trabalhos temporários, terceirização e trabalho precário); 2) desigualdades de gênero e de grupos étnicos quanto à inserção no mercado de trabalho; 3) desigualdades regionais; 4) desigualdades geracionais, associadas à previdência ou à dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho; 5) disparidades provenientes da regressividade do sistema tributário; e 6) desigualdades associadas à vida cotidiana, à condição de reprodução da vida em sociedade e de acesso a bens e serviços públicos (Fitoussi e Rosanvallon, 1996).

A combinação de todas essas contribuições sobre o tema da desigualdade permite que se afirme que esse fenômeno se manifesta pelo que se denominou de desigualdade de acesso em múltiplas dimensões: 1) acesso à saúde de qualidade; 2) acesso à habitação; 3) acesso a equipamentos públicos como parques, creches e de lazer em geral; 4) acesso a equipamentos de mobilidade urbana, que interfere no tempo gasto no trajeto da casa para o trabalho; 5) acesso à agua tratada, saneamento básico, educação de qualidade, energia elétrica, dentre outros; e 6) acesso a bens de consumo e serviços modernos como equipamentos eletrônicos de uso pessoal ou domiciliar como televisão, celular, internet, computadores pessoais etc.

Os esforços que têm sido feitos para ampliar o escopo das abordagens sobre desigualdade devem-se à constatação de que um aumento do poder de compra, decorrente do acesso e/ou da elevação da renda ou mesmo da entrada no mercado de trabalho, pode individualmente fazer com que uma família consiga satisfazer suas necessidades básicas; porém, isso pressupõe que existam mercados para todos os bens e serviços que atendam todas essas necessidades, o que nem sempre é possível de se verificar.

Deve-se destacar também que, mesmo considerando a existência da necessidade de pagamento de tarifas para a utilização de serviços como água encanada, energia elétrica e esgotamento sanitário, fica evidente que esses elementos, ao assumirem a natureza de bens públicos e, portanto, serem viabilizados pela atuação direta ou indireta do poder público, mostram-se importantes, devendo ser considerados pois fazem parte da distribuição da produção agregada da sociedade.

Corroborando com essas ideias, OECD (2008) aponta para a necessidade de se olhar para seis dimensões distintas da desigualdade: 1) satisfação das necessidades básicas, ou seja, itens essenciais para a sobrevivência física como alimentos, roupas etc.; 2) acesso a lazer e atividades sociais, como, por exemplo, usufruir férias; 3) disponibilidade de bens de consumo duráveis, essenciais para a realização das atividades da vida diária, como telefone, ou que aliviem o trabalho doméstico, como o forno de micro-ondas; 4) condições de habitação, sejam elas referentes às características físicas da habitação (disponibilidade de energia elétrica, abastecimento de água ou descarga do banheiro localizado dentro do domicílio), ou sejam, aquelas referentes à localização do próprio domicílio (por exemplo, exposição a ruídos, poluição interna etc.; 5) autoavaliação das condições pessoais próprias,

em termos de estresse financeiro e capacidade de fazer em face das despesas, bem como a percepção subjetiva da condição própria de pobreza; e 6) características do ambiente social onde o domicílio está localizado (exposição a riscos específicos, medo da criminalidade, disponibilidade de serviços públicos, como escolas e hospitais etc.) (OECD, 2008 p.181).

De forma geral, fica evidente que existe uma vasta gama de estudos que contribuem para o debate sobre a concepção das desigualdades. Suas dimensões podem ser tratadas por meio de diversas óticas. No entanto, não se pode perder de vista que esse esforço teórico deve ter como propósito servir de suporte para o debate em âmbito institucional e para construção da agenda de políticas públicas no âmbito do Estado, de forma a se enfrentar os desafios que esse fenômeno impõe às sociedades.

4. INSUFICIÊNCIA SOCIOECONÔMICA MULTIDIMENSIONAL: UMA DEFINIÇÃO CONCEITUAL

4.1 A Forma Cumulativa da ISM

A Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) é um fenômeno que reúne características de pobreza e de desigualdades. É fundamental ressaltar que, embora parte da literatura trate pobreza e desigualdade separadamente, argumenta-se que a manifestação conjunta e cumulativa desses dois fenômenos se materializa em um fenômeno distinto, a ISM. Esse pode ser definido como a insuficiência de acesso a um conjunto de elementos essenciais para a reprodução da vida material em sociedade, em múltiplas dimensões. Tais dimensões, em seu conjunto, apresentam-se como suas formas de manifestação.

A relação da ISM com o conceito de privação e, portanto, de pobreza, e o de desigualdades deriva da ideia de que a insuficiência socioeconômica representa uma condição de privação de acesso a distintos elementos, em múltiplas dimensões, que provoca segregação social ao diferenciar classes, famílias e/ou indivíduos na medida do grau desse acesso.

Essa privação que segrega e que distancia classes não é apenas um efeito colateral, mas um fenômeno próprio que exige tratamento teórico específico devido à sua expressiva complexidade. Tratar privação separadamente das desigualdades torna-se impossível no marco da ISM, pois ela se define precisamente pela convergência desses fenômenos.

É importante frisar que os níveis de acesso que quantificam a ISM se dão conjunta e cumulativamente nas mesmas dimensões que caracterizam tanto o fenômeno da pobreza quanto o das desigualdades. Essa característica confere dinamismo a esse fenômeno, o que o torna recorrentemente mais complexo, na medida em que a sociedade avança. A base teórica que dá suporte a essa compreensão está no pensamento econômico heterodoxo de influência marxista e pós-keynesiana.

4.2 A contribuição teórica de Marx

Como mostrou Marx (1996), aquilo que se mostra essencial para a produção e a reprodução social da vida não é fixo, mas determinado pelo nível da civilização. Nesses termos, a ISM é um conceito complexo e dinâmico que incorpora novos elementos e novas dimensões, na medida do avanço da sociedade capitalista. Mais que isso, ela diferencia as pessoas, os grupos e as classes de uma sociedade de forma a reiterar a existência de interseccionalidades entre múltiplos aspectos como os geográficos, os etários, os étnicos, os de gênero etc., em diversos níveis e para distintas dimensões.

A hipótese central é a de que o modo de produção capitalista moderno reproduz, endogenamente, uma condição de insuficiência de acesso que impõe à sociedade não apenas sua

perpetuação, como, também, a das desigualdades e a da pobreza, em múltiplas dimensões. A ISM, nesses termos, apresentar-se-ia como uma característica imanente dessa forma de organização social para a produção e a reprodução da vida material.

Considerando o entendimento de Marx (1848) sobre funcionamento do modo de produção capitalista, assume-se que as relações sociais são determinadas pela base econômica. Para ele, na produção social da própria vida, as pessoas se envolvem em relações sociais determinadas, independentemente de sua vontade. É nesse sentido que a ISM se apresenta como um fenômeno imanente ao modo de produção capitalista, que se reproduz endogenamente, pois sua existência é determinada pela própria estrutura desse modo de produção, e não por escolhas individuais.

Essa determinação endógena está alicerçada na compreensão de que o processo de produção de riqueza é, simultaneamente um processo de produção de pobreza, miséria e desigualdades. No mesmo momento em que o modo de produção capitalista produz mercadorias por meio da exploração da força de trabalho, acumulando capital, ele descarta essa mesma massa trabalhadora, acumulando pobreza e miséria. Tal processo implica que a insuficiência de acesso da classe trabalhadora a uma posição no mercado de trabalho não é um acidente, mas um subproduto do próprio processo de acumulação de capital.

O que se denominou de insuficiência de acesso ao mercado de trabalho guarda relação com a ideia é que acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora (excedente) para além das necessidades do próprio processo de valorização do capital. A manifestação dessa insuficiência também se manifestaria, seguindo o pensamento de Marx, nas diferenças entre quem entra e sai do mercado, quem está prestes a se tornar proletariado e quem possui emprego irregular ou em condições de vida abaixo da média e os demais trabalhadores.

Ainda no que concerne à esfera da produção, a visão de Marx sobre esse processo reforça a ideia de que a produção material é, na verdade, produção social da vida, isto é, um processo histórico contraditório que cria necessidades de consumo, por um lado, mas que se mostra incapaz de garantir, de outro, a capacidade de consumo para parte expressiva da sociedade.

No modo de produção capitalista, do ponto de vista distributivo, antes de se pensar na distribuição de produtos originados no processo de produção, é necessário pensar a distribuição dos agentes enquanto proprietários ou não do capital. A concentração do capital altera a distribuição da população e suas relações sociais. Isso, segundo Marx, reforça a visão de que a desigualdade de acesso à propriedade privada do capital é um dos elementos fundantes para diferenciar classes, famílias e indivíduos.

A lógica concentradora do modo de produção capitalista e sua relação com a insuficiência de acesso à propriedade privada é um dos pilares da análise de Marx. O processo de acumulação capitalista pressupõe uma separação radical entre o trabalhador e as condições materiais de realização de seu trabalho. Nesse sentido, a ISM pode ser lida também, sob essa ótica, como a manifestação contemporânea dessa separação fundamental que Marx descreve. Assim, é possível afirmar que a insuficiência socioeconômica se afasta significativamente do conceito de privação de dinheiro (visão utilitarista da pobreza), para se aproximar de um conceito que possui como um de seus elementos fundantes a submissão do trabalhador a um sistema que o torna alienado em relação aos instrumentos (capital) e ao resultado do processo de produção (mercadorias), o mantendo em uma condição de insuficiência crônica por meio da criação de um exército industrial de reserva, independentemente de sua produtividade ou de sua contribuição ao processo em que ele se insere.

Por fim, não se pode deixar de salientar que, para Marx, a forma de produção capitalista cria as próprias relações de direito e as formas de governo. Nesse sentido, apesar de o Estado moderno representar, para ele, o interesse da classe dominante, o fato de o capital consumir ao extremo a força

física e intelectual do trabalhador faz com que os governos respondam aos movimentos da sociedade na direção de uma intervenção para evitar a destruição total da base humana.

Ao tratar da constituição da Legislação Fabril e sua generalização na Inglaterra em meados do Século XIX, Marx a coloca como sendo "a primeira reação consciente e planejada da sociedade à configuração espontaneamente desenvolvida de seu processo de produção" (Marx, 1996, p. 109). Ainda que a critique por considerá-la pobre no sentido da facilidade com que os capitalistas poderiam burlar suas cláusulas, Marx reconhece algum avanço no sentido da regulação de elementos na esfera do trabalho para além da redução da jornada laboral, como nos casos das cláusulas de "limpeza, de ventilação e de proteção contra máquinas perigosas" (Marx, 1996, p. 109) e nas educacionais que "proclamam a instrução primária como condição obrigatória para o trabalho" (Marx, 1996, p. 111).

A pergunta retórica feita por Marx, sobre esse assunto, expõe com clareza a condição de reprodução de insuficiências imposta pelo capitalismo à classe trabalhadora: "O que melhor poderia caracterizar o modo de produção capitalista do que a necessidade de que lhe sejam impostas, por meio de coação legal do Estado, as mais simples providências de higiene e saúde?" (Marx, 1996, p. 110). A regulação sobre o trabalho nas fábricas passou a ser encarado pelos capitalistas, inicialmente, como uma "intromissão nos direitos de exploração do capital", inclusive no âmbito do trabalho domiciliar, o que foi visto como uma intervenção direta na autoridade paterna sobre o destino das crianças. Nas palavras de Marx:

> A força dos fatos obrigou, no entanto, a reconhecer finalmente que a grande indústria, junto com o fundamento econômico do antigo sistema familiar e do trabalho familiar, que lhe corresponde, dissolve também as próprias relações familiares antigas. O direito das crianças teve de ser proclamado (Marx, 1996, p. 117).

A generalização dessa legislação, inicialmente concentrada em poucos setores (fiações e tecelagens), para toda a produção social emerge como consequência do próprio desenvolvimento da grande indústria, que revoluciona a tradicional manufatura, o artesanato e o trabalho domiciliar. A reação mais evidente do capital a esse processo evidencia sua relevância no contexto das transformações pelas quais o capitalismo passou: estar sujeito ao controle do Estado empurra os capitalistas a se posicionarem no sentido de se beneficiar ou escapar de alguma forma dessa regulação e se moverem no sentido de garantir "igualdade nas condições de concorrência, isto é, limitações iguais à exploração do trabalho" (Marx, 1996, p. 118).

Marx vê nesse movimento um processo contraditório em sua essência. Ao considerar que a legislação fabril se torna algo inevitável para a sociedade na medida em que ela contribui para a "proteção física e espiritual da classe operária", Marx aponta que tal generalização das leis para toda a esfera da produção acelera as transformações dos processos de trabalho que passam da individualização em pequena escala para processos combinados e em larga escala social, onde predomina a lógica de concentração do capital e o domínio exclusivo do regime fabril. Por sua vez, a reação do capital e sua imposição da dominação direta sobre o processo de trabalho, também, implicaria no acirramento da luta direta contra essa dominação. É nesse sentido que se pode entender do pensamento e da contribuição de Marx que a atuação do Estado, ainda que representando parcialmente os interesses da classe trabalhadora, pode interferir nas condições da produção e da reprodução da vida social.

4.3 A Contribuição de Keynes

A teoria pós-keynesiana, também pode contribuir sobremaneira para a concepção de que a ISM é um fenômeno imanente a forma de organização da sociedade no modo de produção capitalista. Nesse espectro teórico, uma das ideias centrais é que, no capitalismo de livre mercado, existe uma tendência de as economias funcionarem com ociosidade dos fatores de produção, inclusive de força de trabalho, o que decorreria de sua incapacidade de garantir demanda em nível suficiente para se alcançar uma condição de pleno emprego. Segundo Keynes (1936), o funcionamento do modo de produção capitalista é marcado pela recorrência da existência de desemprego involuntário da força de trabalho, o que marca uma forma de organização social em que coexistem reprodução recorrente de riqueza material e de pobreza, simultaneamente.

A obra de Keynes oferece alguns fundamentos sobre a natureza intrínseca das falhas do capitalismo e da necessidade de intervenção estatal para sua superação. A reprodução endógena da insuficiência socioeconômica também encontra suporte na tese central de que o sistema capitalista é "intrinsecamente instável", não havendo qualquer mecanismo automático que a leve para o pleno emprego. Para além dessas ideias, essa corrente de pensamento defende que a economia pode se estabilizar e, na maioria das vezes, se estabiliza em um nível inferior ao de pleno emprego. Esse comportamento do capitalismo reforça a ideia de que a insuficiência socioeconômica está diretamente ligada à ociosidade dos fatores e que essa seria uma característica imanente e não um fenômeno temporário nas economias capitalistas.

A ISM é um fenômeno estrutural do modo de produção capitalista. Como mostrou Keynes, uma sociedade, ao se tornar mais rica, reforça uma tendência imanente de reprodução da condição de insuficiência de demanda, cuja explicação encontra-se na ampliação da distância entre a renda agregada e o gasto agregado em consumo, que se manifesta com o avanço e a expansão da atividade produtiva.

Ademais, ao considerar a incapacidade de proporcionar o pleno emprego e a expressiva desigualdade na distribuição da renda e da riqueza como os principais defeitos da sociedade capitalista, Keynes (1936) argumenta que essa condição seria fundamental para a determinação dos hábitos de consumo e de poupança da sociedade capitalista. Para ele, em sociedades mais avançadas, a desigualdade de acesso à renda atua no sentido de impedir que a demanda agregada acompanhe a capacidade produtiva, razão pela qual o sistema tenderia a se encontrar em uma condição de equilíbrio de subemprego da força de trabalho. Isso faz com que se possa argumentar que, se o acesso à renda e à riqueza é desigual e cumulativo, a insuficiência de demanda pensada por Keynes torna-se um mecanismo macroeconômico que atua no sentido da perpetuação da insuficiência socioeconômica, ao menos em sua dimensão econômica (acesso à renda, à propriedade e ao mercado de trabalho).

A insuficiência de acesso ao mercado de trabalho se mostraria uma condição imanente da forma de organização da sociedade capitalista. A existência de desemprego involuntário decorreria da insuficiência de demanda efetiva e da incapacidade de a dinâmica econômica absorver parcela expressiva da classe trabalhadora, mesmo que esses estivessem dispostos a trabalhar. Isso confirma o argumento aqui apresentado de que o capitalismo impõe uma condição de insuficiência de acesso a uma posição no mercado de trabalho para parte expressiva da sociedade.

Por fim, a teoria pós-keynesiana contribui para o entendimento de que, tanto a superação da insuficiência de demanda, quanto a da insuficiência socioeconômica exige uma atuação ativa por parte do Estado. A filosofia social de Keynes reforça que o papel do Estado é central para influenciar e orientar a propensão a consumir, utilizando, por exemplo, um sistema de tributação progressiva que corrija as grandes distorções do ponto de vista da insuficiência de acesso à renda e à riqueza. Isso

decorre da ideia de que uma baixa propensão a consumir pode trazer obstáculos para a dinâmica da atividade produtiva, o que reforçaria a incapacidade de capitalismo proporcionar o pleno emprego.

Mais que isso, a ampliação do papel do Estado para Keynes, não apenas para ajustar a propensão a consumir, mas para ampliar o incentivo ao investimento, é um mecanismo fundamental para evitar a destruição das instituições socioeconômicas. Em seu entendimento, a socialização ampla dos investimentos emergiria como uma forma de garantir que a demanda efetiva se mostrasse compatível com níveis mais próximos ao pleno emprego, embora sem a necessidade de o Estado assumir toda a vida econômica, proporcionando uma superação da insuficiência de acesso ao mercado de trabalho e à renda dele proveniente.

4.4 Uma Síntese Teórica para a Compreensão da ISM

O entendimento da ISM enquanto um fenômeno imanente à forma de organização da sociedade em torno da produção de bens e serviços essenciais à reprodução da vida, que reproduz, em termos de acesso, uma lógica concentradora e produtora de desigualdades, pode ser colocado nos seguintes termos:

1) Com base na visão marxista, assume-se que o capitalismo é imanentemente concentrador e gerador de pobreza, desigualdades e de insuficiência socioeconômica, pois sua lógica de reprodução implica a perpetuação de uma condição de insuficiência de acesso por parte de uma classe social à propriedade privada do capital, à renda, à riqueza e aos próprios frutos do processo de produção de forma compatível com sua contribuição ao processo produtivo.

2) Com base na visão de Keynes, entende-se que o capitalismo de livre mercado reproduziria uma condição de insuficiência de demanda enquanto uma característica intrínseca, cuja consequência é a insuficiência de acesso a uma posição no mercado de trabalho (desemprego) e à renda monetária por parte de parcela expressiva da sociedade, gerando pobreza e desigualdades.

3) O capitalismo, enquanto organização social para a produção de mercadorias, na medida em que avança, produz novas e reproduz velhas dimensões pelas quais se manifesta a insuficiência socioeconômica.

4) Não se pode pensar a superação desse fenômeno sem uma atuação ativa por parte do Estado, especialmente no que tange à expansão da oferta e do acesso a bens e serviços públicos essenciais, que dependem não apensa de políticas públicas para garantir acesso, mas uma capacidade de oferta que exige a orientação e a promoção de um amplo conjunto de investimentos, especialmente em infraestrutura social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou contribuir para o debate sobre fenômenos multidimensionais que afetam as sociedades modernas, ao propor um conceito que se mostra capaz de incorporar novos elementos que tem surgido e que continuarão a surgir com o avanço do capitalismo, seja em termos de novos bens de consumo, novos e necessários serviços públicos, ou pela necessidade de se reconhecer direitos sociais e novas necessidades básicas para a vida em sociedade. Nesse sentido, como já mostraram para o caso da desigualdade Trovão e Araújo (2021), a ISM também se apresenta como um fenômeno estrutural, complexo e dinâmico que se manifesta em múltiplas dimensões.

É um fenômeno estrutural pois reflete a forma capitalista de organização da sociedade em torno da produção de bens e serviços para o mercado, em que uma classe proprietária concentra parte expressiva da renda e da riqueza, mantendo-se como classe dominante pela exploração de outra classe

que se encontra em condição de insuficiência socioeconômica crônica em múltiplas dimensões, mas principalmente, em termos de acesso à renda e à riqueza que ela mesma produz.

Sua complexidade pode ser entendida por meio de sua manifestação em caráter cumulativo e interseccional. Em outras palavras, as dimensões pelas quais a ISM se manifesta se sobrepõem e se retroalimentam. Quando uma nova dimensão surge, ou se manifesta, isso não implica que outra deixou de ser relevante. Pelo contrário, o surgimento de uma nova dimensão, em grande medida, tende a refletir o avanço de uma dimensão já consolidada ou a interação de uma ou mais dimensões.

O dinamismo da ISM decorre justamente da constante transformação em suas características e dimensões como reflexo da própria evolução das sociedades capitalistas modernas. A velocidade recorrentemente maior com que a organização da produção capitalista tem se alterado, no século XXI, e os desafios que essas mudanças trazem para a parcela da população em situação de insuficiência socioeconômica exemplificam essa característica dinâmica desse fenômeno. A insuficiência de acesso ao conhecimento no mundo digital ou ao mercado de trabalho em um contexto de exposição crescente ao processo de intensificação do uso de inteligência artificial no mundo do trabalho são um bom exemplo de como a ISM tende a incorporar elementos cumulativamente. Isso se deve ao fato de a insuficiência de acesso as ferramentas digitais não excluir outras formas de manifestação desse fenômeno como é o caso da insuficiência de acesso à terra ou a serviços públicos básicos como água tratada ou coleta de esgoto.

A incorporação de um novo conceito ao debate sobre os desafios enfrentados por parcela expressiva da sociedade sob comando do capitalismo moderno se mostra extremamente relevante no sentido da concepção e da promoção de estratégias e de ações para o seu enfrentamento. Reconhecer a real condição de insuficiência de uma sociedade e como ela afeta a vida da maior parcela da população é o primeiro passo para sua superação. O segundo é reconhecer, também, que o desafio é complexo e exige uma atuação ativa do estado na promoção e da expansão da oferta de bens e serviços públicos e de políticas públicas no campo social e econômico que garantam acesso a esses bens e serviços.

Por fim, não se poderia deixar de apontar um possível caminho para a superação daquilo que Keynes considerava como os maiores problemas da sociedade capitalista (distribuição extremamente desigual da renda e da riqueza e incapacidade de garantir o pleno emprego), qual seja, a incorporação da superação da ISM como foco central da agenda de atuação do Estado. Ao colocar isso como objetivo principal, o Estado pode, a um só tempo, garantir a expansão da demanda agregada e reduzir a pobreza, as desigualdades e a ISM. Isso se sua atuação se basear na expansão de investimentos em infraestrutura social (gerando emprego, renda e acesso a bens e serviços públicos como educação, saúde, saneamento básico, água tratada, energia elétrica etc.) e na promoção associada de políticas de redistribuição de renda e riqueza (redução de privilégios tributários, por exemplo) e de políticas sociais de forma a garantir acesso dessa população a essa infraestrutura de bens e serviços ampliada.

BIBLIOGRAFIA

Abernethy, G. L. (1959). The idea of equality: An anthology. John Knox Press, Richmond, Virginia.

Alkire, S. and Foster, J. (2007). 'Counting and Multidimensional Poverty Measures'. OPHI WP 7.

Alkire, S. and Foster, J. (2011). Understandings and Misunderstandings of Multidimensional Poverty Measurement. OPHI Working Paper 43.

Atkinson, A. B. (2015). Inequality: What can be done? Harvard University Press.

Beveridge, William (1942). Social Insurance and Allied Services (The Beveridge Report), London, Modern History Source Book.

Bokor A. (1984). “Deprivation; dimensions and indices”, Stratification and Inequality, R. Andor and T. Kolosi (eds.), Budapest, Institute for Social Sciences.
Boltvinik, J. (2014). Multidimensionalidad de la pobreza: propuestas para su definición y evaluación en América Latina y el Caribe. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.
Bourguignon, F. and Chakravarty, S. (2003). The Measurement of Multidimensional Poverty. Journal of Economic Inequality, 1(1): 25–49.
Carvalho, A. R.; Souza, L. R. (2021). A evolução conceitual da desigualdade e da pobreza no pensamento econômico. Revista de Economia Política, vol. 41, nº 2, pp. 402-425, abril-junho/2021.
Castel, R. As metamorfoses da questão social, uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
Chakravarty, S. and Silber, J. (2008). Measuring Multidimensional Poverty: The Axiomatic Approach. In N. Kakwani and J. Silber (eds.) Quantitative Approaches to Multidimensional Poverty Measurement. Basingstoke: Macmillan.
Chow, N.W.S. (1982). Poverty in an Affluent City: A Report of a Survey of Low Income Families in Hong Kong, Chinese University of Hong Kong.
Citro C.F. and Michael R.T. (eds.) (1995). Measuring Poverty: A New Approach, Panel on Poverty and Family Assistance, National Research Council, Washington D.C., National Academy Press.
Comin, F; Bagolin, I. P.; Avila, R.; Porto Júnior, S. S.; Picolotto, V. C. (2006). Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações. Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional. Projeto de Pesquisa: Pobreza Multidimensional em Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Costa, M. (2002). A multidimensional approach to the measurement of poverty. IRISS. Working papers series No. 2002-05 – Luxembourg.
Dedecca, C. S.; Trovão, C. J. B. M.; Souza, L. F. (2014). A avaliação multidimensional da pobreza no Brasil. In: Julio Boltvinik et al. (Org.). Multidimensionalidad de la pobreza: propuestas para su definición y evaluación en América Latina y el Caribe. 1ed.Buenos Aires: CLACSO-CROP / Alberto Cimadamore, 2014, v. 1, p. 275-304.
Deutsch, J. and Silber, J. (2005). Measuring Multidimensional Poverty: An Empirical Comparison of Various Approaches. The Review of Income and Wealth, 51: 145–174.
Engels, F. ([1847] 1982). Princípios básicos do comunismo. MARX, K e ENGELS, F. Obras Escolhidas. Lisboa: Editorial “Avante!”, 1, 52-59.
Fisher, G.M. (1998). “Setting American standards of poverty: a look back,” Focus, vol. 19, No. 2.
Fitoussi, J. &; Rosanvallon, P. A nova era das desigualdades. Trad. Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1997.
ILO (International Labour Organization) (1976). Employment Growth and Basic Needs: a One-World Problem. Report of the Director General of the ILO, Geneva.
ILO (1977). Meeting Basic Needs: Strategies for Eradicating Mass Poverty and Unemployment. Conclusions of the World Employment Conference 1976, Geneva.
India, Government of (1978). Five Year Plan 1978-83, New Delhi, Planning Commission.
Kageyama, A.; Hoffmann, R. (2006). Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.
Kanbur, R. (2003). Conceptual Challenges in Poverty and Inequality: One Development Economist’s Perspective, Helsinki, World Institute for Development Economics Research (WIDER), United Nations University.
Kakwani, N. and Silber, J. (2008). Quantitative Approaches to Multidimensional Poverty Measurement. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Keynes, J. M. ([1930] 1984.) As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos. In: SZMRECSNY, T. (org) John Maynard Keynes: Economia; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, [1930] 1984.
Keyns, J. M. (1936). The General Theory of Employment, Interest and Money. Ed: Macmillan London.
Kuznets, S. (1955). Economic growth and income inequality, American Economic Review 45: 1-28.
Lister, R. (1990). The Exclusive Society: Citizenship and the Poor, London, Child Poverty Action Group.
Lopes, H. M.; Macedo, P. B. R.; Machado, A. F. (2003). Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. TD223 / UFMG-Cedeplar, Belo Horizonte: 2003.
Lydall, H. F. (1968). The Structure of Earnings. Oxford: Oxford University Press.
Meade, J. E. (1964). Effciency, Equality and the Ownership of Property. London: Allen and Unwin.
Maasdorp, G. and A.S.V. Humphreys (eds.) (1975). From Shanty Town to Township: an Economic Study of African Poverty and Rehousing in a South African City, Cape Town, Juta.
Mack, J. and S. Lansley (1984). Poor Britain, London, Allen and Unwin.
Malaysia, Government of (1986). Fifth Malaysia Plan 1986-1990, Kuala Lumpur, Government Printer.
Marshall, T. H. ([1963] 1967). Cidadania, classe social e status. Ed Zahar, Rio de Janeiro.
Marx, K. (1996). *O Capital: crítica da economia política: Livro Primeiro: o processo de produção do capital* (R. Barbosa & F. R. Kothe, Trads.; P. Singer, Coord.; Tomo 2, Caps. XIII-XXV). Nova Cultural. (Obra original publicada em 1867).
Marx, K. (2004) O capital: Capítulo VI inédito de O capital, resultados do processo de produção imediata. Tradução Klaus Von Puchen. 2 ed. São Paulo, Centauro, 2004.
Marx, K. & Engels, F. ([1848] 1999) Manifesto Comunista. Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook. [1848] 1999. Disponível em: https://bit.ly/3wEHIZ2
Marx, K. (1857) Para uma crítica da economia política. Edição Ridendo Castigat Mores Versão para eBook. [1857] 1999. Disponível em: https://bit.ly/3yJ4DnK
Marx, K. ([1867] 2016). O capital-Livro 1-Vol. 1 e 2: O processo de produção do capital. Editora José Olympio.
Neder, H. D. (2008). Um Estudo sobre a Pobreza Rural com Abordagem Multivariada. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.
OECD (2008). Growing Unequal? Income distribution and poverty in the OECD countries. Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris: OECD.
Piketty, T. (2014). O capital no século XXI. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca.
Pillay, P.N. (1973). "Poverty Datum Line Study Among Africans in Durban", Occasional Paper, No. 3, Department of Economics, University of Nepal.
PNUD (2001). Fazer as Novas Tecnologias Trabalhar para o Desenvolvimento Humano. Relatório do Desenvolvimento Humano. PNUD, New York, 2001.
PNUD (2014). Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Relatório do Desenvolvimento Humano. PNUD, New York, 2014.
Polanyi, K. ([1944] 1980) A grande transformação: as origens da nossa época. Trad. Fanny Wrobel – 3ª ed. - Rio de Janeiro: Ed. Campus, [1944] 1980.
Rawls, J. (1971). A theory of justice. Cambridge, MA: Harvard University Press.
Ravallion, M. (2011). On Multidimensional Indices of Poverty. World Bank Policy Research Working Papers, 5580.

Rein, M. (1970). “Problems in the definition and measurement of poverty”, The Concept of Poverty, P. Townsend (ed.), London, Heinneman.
Ricardo, D. ([1817] 1996). Princípios de economia política e tributação. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Série Os Economistas, São Paulo: Editora Nova Cultural.
Rocha, S. (2000). Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: Henriques, R. (Org.), Desigualdade e pobreza no Brasil, IPEA, Rio de Janeiro, 2000, 109-127.
Rousseau, J. J. ([1754] 2011). Discurso sobre a origem da desigualdade. Trad. Maria Lacerda de Moura. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores. [1754] 2001.
Rowntree, B.S. (1901). Poverty: A Study of Town Life, London, Macmillan.
Rowntree, B.S. (1918). The Human Needs of Labour, London, Longmans (new edition, 1937).
Salama, P.; Demestrau, B. (1999). O tamanho da pobreza – economia política da distribuição de renda. Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 1999.
Sen, A. (1979a). Issues in the Measurement of Poverty. The Scandinavian Journal of Economics, Vol. 81, No. 2, Measurement in Public Choice, pp. 285-307.
Sen, A. (1979b). Equality of What? In: The Tanner Lecture on Human Values, delivered at Stanford University. May 22, 1979.
Sen, A. (1983). Relatively Speaking. Oxford Economic Papers, New Series, Vol. 35, No. 2 (Jul., 1983), pp. 153-169.
Sen, A. (1990). Justice: Means versus Freedoms. Philosophy & Public Affairs, 19(2), 111–121. http://www.jstor.org/stable/2265406.
Silva, A. M. R. (2009). Um estudo sobre a pobreza multidimensional na Região Nordeste do Brasil. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.
Simon, H. (1957). The Compensation of Executives. Sociometry, 20: 32–5.
Stiglitz, J. E. (1969). Distribution of Income and Wealth Among Individuals. Econometrica, 37: 382–97.
Stiglitz, J. E. (2015). The origins of inequality, and policies to contain it. National Tax Journal 2015 68:2, 425-448.
Tawney, R. H. ([1931] 1995). The Religion of Inequality. In: DESAI, M. LSE on equality, a centenary anthology. London: Transaction Publishers [1931] 1995.
Thorbecke, E. (2008). Multidimensional Poverty: Conceptual and Measurement Issues. In N. Kakwani and J. Silber (eds.), The Many Dimensions of Poverty. New York: Palgrave MacMillan.
Townsend, P. (1979). Poverty in the United Kingdom, London, Allen Lane and Penguin Books.
Townsend, P. (2006). Introduction: compendium of best practices in poverty measurement. In: Compendium of Best Practices in Poverty Measurement. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Brazil, pp. 15-34. ISBN 8524039086.
Trovão, C; Araújo, J. (2021). Desigualdade multidimensional, insuficiência socioeconômica e concentração de renda no Brasil a partir de um olhar macrorregional. Desenvolvimento em Debate, 9(1), 121-157. Recuperado de https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/39632.
Van Parijs, P., & Vanderborght, Y. (2017). Basic income: A radical proposal for a free society and a sane economy. Harvard University Press.